

Alguns apontamentos sobre a concepção de partido em Marx – 1843 a 1848

Anderson Deo

Como citar: DEO, A. Alguns apontamentos sobre a concepção de partido em Marx – 1843 a 1848. *In* : ROIO, M. D. (org.). **Marx e a dialética da sociedade civil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.165-185. DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-596-4.p165-185>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A CONCEPÇÃO DE PARTIDO EM MARX – 1843 A 1848

Anderson Deo

“Cada passo do movimento real
é mais importante do que
uma dúzia de programas”
(K. Marx – *Crítica ao Programa de Ghotá*)

1 INTRODUÇÃO

O título dessa comunicação poderia ser formulado com a seguinte indagação: há uma teoria do partido político na obra de Karl Marx? Na verdade, essa não é uma questão nova e contou com a contribuição de vários autores no transcorrer dos últimos cento e cinquenta anos¹. Poderíamos responder positivamente à questão que motiva este escrito, a partir do simples fato da publicação – se é que assim podemos qualifica-la –, em 1848, do *Manifesto do Partido Comunista*, de autoria de Karl Marx e Friedrich Engels².

¹ A temática esteve diretamente vinculada ao movimento revolucionário mundial, desde as formulações de Marx e Engels no século XIX, passando pelos escritos clássicos de Lenin, Rosa Luxemburg, Trotsky, Gramsci, Lukács, entre tantos outros ao longo do século XX.

² Partimos da hipótese da elaboração de uma teoria do partido na obra de Marx. No entanto, é importante reconhecer que muitas das suas análises resultaram de sua parceria intelectual com Engels. Aliás, nunca é demais afirmar que as contribuições deste último foram fundamentais à construção do pensamento marxiano, sobretudo a partir de 1843 (PAULO NETTO, 1981).

No entanto, se podemos afirmar que existe uma construção teórica sobre o partido político (seus princípios, fundamentos organizativos e sua função social) na obra marxiana – tese da qual compartilhamos –, duas questões que daí se desdobram nos parecem fundamentais: uma primeira que deve tratar de compreender a trajetória teórico-política de Marx, que o levou às formulações sobre a temática; e a segunda, consequência direta da anterior, diz respeito ao “tipo” de partido que o autor se propôs a construir/teorizar, qual seja, o partido da *perspectiva do Trabalho*, portanto, *revolucionário*. Estes dois núcleos argumentativos orientarão a análise que passamos a apresentar. Como exposto no título, nosso recorte se concentra no período específico de 1843/48, pois entendemos que este é o momento de construção categorial sobre a temática. Mas como procuraremos demonstrar, a problemática do partido e da revolução comunista extrapola o recorte temporal aqui proposto.

2 MARX: O PROCESSO DA TEORIA E A TEORIA DO PROCESSO

Há um elemento central na teoria marxiana que marca toda sua construção analítica a partir de 1842/1843: sua profunda e radical preocupação com a realidade material/concreta. Esta criativa preocupação não redundava num mero empirismo. Pelo contrário, procura combatê-lo, apontando-o como vulgarização da realidade, que falsifica a real materialidade das coisas, pois não capta a sua essência e a forma como esta se relaciona e se reproduz no fenômeno, tal como este se manifesta historicamente. A esse *processo* de compreensão do real, Marx denominou análise da *totalidade*, superando toda forma de vulgarização materialista, bem como, toda tradição idealista, radicalmente combatida pelo autor a partir de 1843³.

³ O debate sobre o momento de “inflexão” em Marx, que deu origem a uma teoria radicalmente nova, propriamente “marxiana”, ainda é candente e reproduz formas analíticas variadas na tradição marxista. Apoiamo-nos na leitura lukacsiana, que identifica os escritos de 1843/44 como momento desta inflexão, ao argumentar que a análise das “questões materiais” levaram Marx à formulação de um novo materialismo, cujo conceito de *totalidade* é fundamental (LUKÁCS, 2009). Porém, como apontado, esse é um debate controverso e como ponto de partida à discussão, recomendamos: Sampaio e Frederico (2009) e Frederico (1995), que argumentam que o momento de inflexão estaria entre as publicações de 1844 (Sobretudo Manuscritos econômico-filosóficos), pois a crítica de Marx à Hegel, de 1843, teria se apoiado nas teses feuerbachianas. Uma outra leitura propõe que o momento de inflexão seria em 1848, com o Manifesto Comunista, sendo que a gênese desta se encontraria na Ideologia Alemã (TEXIER, 2005). Em Chasin (1995), encontramos uma leitura apoiada na análise lukacsiana, mas que indica o caráter da *ontonegatividade* da política como um dos pontos de ruptura/inflexão, elaborado por Marx em 1843. Aproximam-se desta última, Tonet (1995) e Bensaïd (2010), ao argumentarem sobre os limites da “emancipação política”, bem como a defesa da “emancipação humana”, apontados por Marx já em 1843. Numa chave de leitura totalmente distinta, encontramos Pogrebinski (2009), argumentando que há uma *positividade* da política em Marx, que seria responsável, ao mesmo tempo, pela crítica ao velho conceito

A concepção de revolução comunista e dos instrumentos necessários à sua efetivação – ou seja, o partido revolucionário – resulta dessa nova proposição teórica, expressando uma síntese dialética que toma como referência as diversas experiências do movimento operário nos anos de 1840. Não se trata pois, de simples rearranjos ou composições teóricas a partir das várias correntes socialistas presentes naquele momento histórico, mas sim de uma elaboração que se origina *da e na* própria tradição das lutas da classe operária, a partir de sua concomitante análise, assim como seus desdobramentos históricos. Fundamental na análise marxiana é a forma como seu criador aprofunda e produz novos elementos de análise, na medida em que procura reproduzir o real – como *concreto pensado* –, debruçando-se sobre os processos históricos, tomando “parte na discussão sobre os chamados interesses materiais” (MARX, 1974b, p. 134).

Podemos afirmar que os primeiros vagidos dessa nova teoria social resultam da inquietude de um jovem crítico, democrata radical, diante da inexatidão e insuficiência dos sistemas filosóficos idealistas, sobretudo dos círculos identificados como “hegelianos de esquerda” – aos quais Marx se vinculava –, na sua tentativa de explicitação das contingências históricas. É o próprio autor que descreve como as discussões no Parlamento Renano sobre a questão da lenha, envolvendo os camponeses do Vale do Moselle, sobre o parcelamento da propriedade fundiária, sobre o livre comércio e a questão aduaneira, impeliram-no ao estudo e análise das questões econômicas (MCLELLAN, 1990, p. 67-72), bem como, à forma como estas se inter-relacionam aos fenômenos político-sociais, compondo a totalidade histórica.

Esse é o elemento central da teoria marxiana que aqui enfatizamos: o agudo senso crítico entre o *real concreto* e o *real pensado*, no seu movimento intrínseco que, por sua natureza contraditória, produz o novo historicamente, cuja compreensão deve refletir a relação entre a essência e aparência dos fenômenos (LENIN, 1983, p. 66), ou, dito de outra forma, deve captar a processualidade histórica – gênese, reprodução e superação.

Da mesma forma, este núcleo teórico se faz presente – como não poderia deixar de ser – nas formulações sobre o partido e sobre o conceito de revolução na obra marxiana. Para compreendermos o processo de sua

de democracia, e pela produção de um novo conceito, a partir de Spinoza: a verdadeira democracia seria aquela produzida não pelo Estado, mas sim pelo mundo real, a sociedade civil.

composição categorial, em seus fundamentos iniciais, dois momentos históricos são fundamentais, a saber: a revolta dos tecelões na Silésia, em 1844 e o caudal revolucionário de 1848.

3 O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO COMO NECESSIDADE HISTÓRICA DO PROLETARIADO

Entre abril de 1842 e março de 1843, Marx atua na “velha” Gazeta Renana, ocupando a posição de redator-chefe a partir de outubro do primeiro ano. Essa publicação se caracterizava como um órgão de imprensa da assim chamada burguesia liberal renana, e contava com um núcleo de jovens hegelianos de esquerda como principais ideólogos (LÖWY, p. 2012, p. 53-56)⁴. Ao se posicionar sobre as tais “questões materiais”, Marx entra em rota de colisão com os financiadores do periódico e com a ordem política estabelecida na Renânia. Segundo McLellan (1990, p. 69),

Marx discute estas questões a partir de uma posição legal e política, sem muito detalhe social e histórico, e dizia que o Estado deveria defender as leis costumeiras contra a rapacidade do rico. Pois algumas coisas nunca podem se tornar propriedade privada de um indivíduo sem injustiça.

Mesmo que de forma superficial, legalista e, portanto, tomando apenas sua conotação política imediata, Marx toca num elemento central à discussão em tela: a transformação dos meios de produção em propriedade privada, que passam a subsumir os homens à sua lógica. No entanto, como afirmado, mesmo que de forma imediata, há nessa formulação um embrião de crítica, pois

[...] se qualquer violação da propriedade, sem distinção ou determinação mais precisa, é roubo, não seria toda a propriedade privada um roubo? Através de minha propriedade privada eu não estaria privando outra pessoa desta propriedade? Não violo assim o direito à propriedade? [...]. (MARX, 1971, p. 49 apud MCLELLAN, 1990, p. 69).

⁴ Löwy argumenta que a “*intelligentsia* jovem-hegeliana era recrutada sobretudo nas camadas médias” e que as divergências existentes entre estes jovens filósofos e a burguesia liberal renana forma relevadas a partir de “um terreno comum de oposição ao Estado prussiano burocrático-feudal”, até 1843, quando do rompimento total entre as divergentes posições (LÖWY, p. 2012, p. 53).

A crítica ao Parlamento Renano continua em outros artigos, e o periódico alcança crescente sucesso junto à opinião pública, provocando a reação do presidente da província (este ameaça processar Marx por seu artigo sobre o roubo da lenha). Em janeiro de 1843, outros dois artigos de nosso autor, sobre o empobrecimento dos viticultores do Vale do Moselle, além dos constantes protestos contra a censura imposta ao jornal, fazem com que as pressões do governo se intensifiquem. Tais objeções foram suficientes para provocar a saída do redator-chefe da Gazeta Renana. Antes de ser demitido, Marx se antecipa e apresenta sua renúncia em 17 de março (MCLELLAN, 1990, p. 72-74).

A partir de junho de 1843, as divergências com os antigos companheiros da esquerda hegeliana se aprofundam, percorrendo uma rota de colisão que se mostraria sem retorno. Os estudos e formulações elaboradas durante sua estadia em Kreuznack, a saber, *Crítica da filosofia do direito de Hegel* e *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, apresentam uma ruptura radical de Marx com a ideia de Estado enquanto expressão institucional da racionalidade, tal como propunha Hegel⁵. Outros escritos que marcam esse momento de inflexão ontológica na obra de Marx são: *Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”* e *Sobre a questão judaica*, ambos de 1844⁶; *Manuscritos econômico-filosóficos*, do mesmo ano⁷; *A sagrada família*, marcando a primeira parceria com Engels, em publicação de 1845; do mesmo ano, *Teses sobre Feuerbach*⁸; a redação, entre 1845/46, de *A ideologia alemã*⁹, esta última também com Engels; e a publicação, em 1847, da edição francesa de *Miséria da filosofia*.

⁵ Foge aos intentos desse trabalho o aprofundamento de tal discussão, bem como as possíveis influências feuerbachianas sobre o pensamento de Marx nesse momento, tal como apontado na nota 4. Importante lembrar que somente a “Introdução” fora publicada naquele momento, mais especificamente em 1844, na primeira e única edição dos *Anais Franco-Alemães*, editado em Paris.

⁶ O primeiro publicado nos números 63 e 64 do periódico *Vorwärts*, órgão de imprensa dos operários alemães na imigração. O segundo, também publicado nos *Anais Franco-Alemães*.

⁷ Também conhecidos como *Manuscritos de Paris*, só viriam a público em 1932, em publicação na União Soviética, graças ao trabalho de David Riazanov.

⁸ Escrito por Marx em 1845, foi publicado por Engels, que introduz algumas modificações no texto original, em 1888, como apêndice de sua obra *Ludwig Feuerbach e fim da filosofia clássica alemã*.

⁹ A descoberta dos manuscritos que compõe esta obra monumental data de 1921, também devido ao trabalho de D. Riazanov. Este fora responsável pela primeira edição do capítulo “I. Feuerbach”, publicado em alemão, em 1926. Para maiores detalhes sobre a complexa composição editorial da obra, ver Marx e Engels (2007), principalmente o item “Sobre a tradução”, de Rubens Enderle.

O conjunto de textos acima mencionados propõe uma profunda crítica da política e do Estado, cujas teses fundamentais são assim sintetizadas por Tonet (1995, p. 67):

- a. A sociedade civil como fundamento do ser social;
- b. A natureza contraditória da sociedade civil;
- c. A dependência ontológica do Estado em relação à sociedade civil;
- d. A natureza essencialmente opressora do Estado;
- e. A extinção do Estado como consequência da extinção do antagonismo de classes existente na sociedade civil;
- f. A impotência do Estado, por sua natureza, face aos problemas sociais;
- g. A natureza essencialmente paliativa de todas as políticas sociais;
- h. A determinação social do conhecimento;
- i. A limitação essencial da emancipação política;
- j. A natureza essencial da emancipação humana e sua superioridade sobre a emancipação política;
- k. A possibilidade e a necessidade ontológicas da revolução.

Como já afirmado, o aprofundamento sobre a construção categorial, a dimensão, o caráter, as implicações e desdobramentos das formulações marxianas nas obras desse período, vai muito além das possibilidades deste trabalho, cuja contribuição pretende – ainda que de forma preliminar e limitada – elucidar os possíveis caminhos percorridos por Marx na construção de seu conceito de partido revolucionário. Não obstante, é possível afirmar que, ao fim desse período, fora cumprida uma extensa e complexa trajetória intelectual, marcada pela continuidade/ruptura, que eleva o pensamento ocidental a outro patamar, resultando na “configuração adulta”, ainda que não plenamente madura, de Marx (CHASIN, 1987, p. 25). A plena maturidade só seria alcançada ao longo da década de 1850, em Londres, quando da retomada dos estudos econômicos que se consubstanciaram n’*O Capital*, onde o autor supera sua antiga análise econômica da “juventude” – ainda embaraçada na teoria da oferta e da procura – ao desenvolver a teoria da mais-valia.

Fundamental à construção do edifício teórico que passa a ser erigido a partir de então, é a compreensão do envolvimento direto de Marx nas questões práticas de organização política do movimento operário – inicialmente dos operários alemães emigrados. A originalidade da teoria social marxiana resulta diretamente desse esforço de seu criador em com-

preender os processos históricos, e sua concepção de partido se apresenta como síntese dessa processualidade.

4 MARX E O MOVIMENTO OPERÁRIO¹⁰

A LIGA DOS JUSTOS

Em outubro de 1843 Marx vai à Paris, onde Moses Hess e George Herwegh o apresentam às sociedades secretas socialistas e comunistas, bem como à Liga dos Justos, participando de assembleias e estabelecendo contato pessoalmente “com os chefes da maioria das sociedades operárias secretas francesas”, porém sem tomar parte em nenhum desses grupos. Esse primeiro contato o impressiona positivamente, devido a disposição e firmeza de caráter dos trabalhadores que compõem tais organizações, assim como o avanço no processo de autoeducação de seus quadros (LÖWY, 2012, p. 99-103). Ideologicamente, o neobabouvismo de Buonarroti, e o comunismo “materialista” de Dézamy, predominavam entre as sociedades secretas. Löwy argumenta que dois temas centrais percorrem a obra de P. Buonarroti, e que influenciaram o movimento revolucionário antes de 1848:

1) a tomada do poder pela conspiração insurrecional de uma sociedade secreta; o papel decisivo é dado à elite esclarecida dos conspiradores e o ataque surpresa vitorioso substitui a experiência revolucionária das massas [...] 2) a necessidade de uma “ditadura revolucionária”, de tipo jacobino, depois da vitória da insurreição [...] 3) A aspiração a uma revolução igualitária, que suprima a propriedade privada e o reino dos ricos. (LÖWY, 2012, p. 104-105).¹¹

As proposições do “comunismo materialista” de Dézamy se caracterizavam como “um esforço de superação da oposição entre o babouvismo conspirador e a ‘propaganda pacífica’ de Cabet”, opondo “ao sonho neocristão de uma conciliação das classes pela ‘conversão’ dos ricos ao comunismo, como pregava Cabet [...], uma ação *autônoma* do comunismo *proletário*.” (LÖWY, 2012, p. 106, grifo do autor). Em franca oposição à proposta de conciliação fraterna entre burguesia e proletariado, preocupa-

¹⁰ Para esta seção no apoiamos principalmente nos estudos de (LÖWY, 2012).

¹¹ O autor aponta ainda que, depois de 1848, tais concepções continuariam sendo reproduzidas por intermédio de Blanqui.

se centralmente com a “consolidação da *unidade proletária*”. Aposta ilimitadamente no papel da propaganda como instrumento de educação para se alcançar a liberdade, além de condenar “firmemente o mito do salvador e a ditadura jacobina” (LÖWY, 2012, p. 107).

Os primeiros contatos de Marx com a Liga dos Justos em Paris datam de abril/maio de 1844. Segundo relato de A. Ruge, em carta endereçada à sua mãe, de 19 de maio de 1844, Marx já apontava para a necessidade de os artesãos alemães terem um “partido e gente a serviço deles”.

Os escritos de Wilhelm Weitling se caracterizavam como a expressão mais fiel da linha ideológica da Liga, sendo que Engels os apontou como a “primeira manifestação teórica independente do proletariado alemão”. Marx, nos Manuscritos de 1844, e também nos artigos publicados no *Vorwärts*¹², reconhece que o autor produziu escritos “substanciais e originais”, uma “bota de gigantes do proletariado em sua aurora”. Segundo Löwy (2012, p. 109), Weitling pode ser considerado um autêntico “intelectual orgânico” do proletariado, na mais pura acepção gramsciana do termo. Era alfaiate de profissão, militante e escritor, cujas temáticas refletiam o universo do proletariado de seu tempo.

Sua obra traduzia, mesmo que com as limitações utópicas e através de uma intuição genial, “o universo ideológico” dos oficiais artesãos alemães dos anos 1840. Em suas duas obras iniciais, *A humanidade tal como ela é e tal como deveria ser*, de 1838, e *Garantias da harmonia e da liberdade*, de 1842, podemos observar, sobretudo na segunda, um agudo senso de realismo revolucionário, ao apontar que o status quo traz em si as causas de sua destruição revolucionária, desdobrando que só é possível progresso através de revoluções e que estas devem possuir um conteúdo social e não político, fundada no interesse das massas¹³. Afirma ainda, que a revolução social será de “gênero misto”, utilizando-se da violência física e espiritual para transformar a Europa. Ao mesmo tempo, reproduz um discurso impregnado de messianismo utópico, de origem jacobino-babouvista, ao apontar para o “obscurantismo do povo”, que somente será educado após a instauração de uma sociedade igualitária (LÖWY, 2012, p. 110-111).

¹² Como mencionado, trata-se de “Glosas críticas...”.

¹³ Um dos argumentos de Marx, trabalhado no artigo citado na nota anterior.

O CARTISMO

O primeiro contato de Marx com o Cartismo terá sido, provavelmente, a obra de Eugene Buret, *Da miséria das classes trabalhadoras na Inglaterra e França*, de 1840. Ao analisar as transformações produzidas pela revolução industrial na estrutura das relações sociais, Buret formula aquilo que poderíamos identificar como os fundamentos do *conceito de luta de classes* marxiano, ao propugnar que a produção industrial divide a sociedade em duas classes “opostas em interesses”, produzindo uma “guerra social”, e que a tendência revolucionária do proletariado, presente no movimento cartista, era um “produto necessário do desenvolvimento social”.

No entanto, sem dúvida alguma, a referência principal sobre o movimento operário inglês foi o clássico de Engels sobre *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1845. A obra oferece uma importante e detalhada análise sobre o proletariado inglês¹⁴, permitindo ao autor chegar à conclusão de que o Cartismo era um exemplo concreto de movimento operário de massas. Em sua análise, o futuro parceiro de Marx discute a relação entre o desenvolvimento da indústria e o da consciência dos trabalhadores ingleses, indicando a possível aproximação entre cartistas e socialistas, assim que as crises econômicas exigissem remédios sociais, não apenas políticos.

Ao mesmo tempo, elabora uma dura crítica ao socialismo Owenista, caracterizando-o como dogmático, metafísico, e de tendências abstratas, filantrópico e pacifista. Defende que o verdadeiro socialismo seria desenvolvido pelo Cartismo – desde que supere seus elementos burgueses –, comparando-o ao comunismo francês, ou seja, um movimento de massas de base operária, com programa definido, distinto das seitas utópicas de origem burguesa. Tais formulações permitiram à Marx considerar que o movimento comunista deveria ser a expressão autônoma das massas operárias.

Outras influências de autores cartistas são encontradas em Carlyle e Flora Tristan. O primeiro, em sua obra *Cartismo*, de 1840, discute as novas relações sociais geradas pela indústria, apontando as revoltas operárias como instrumentos na luta contra o mecanismo econômico cego. Já a influência de Tristan será mais aguda. A autora discute o caráter essencialmente social

¹⁴ Talvez o primeiro grande estudo do que hoje denominamos “sociologia do trabalho”.

do Cartismo, sua natureza de organização proletária de massas, bem como a necessidade de união entre os operários da cidade e os trabalhadores do campo. Em sua obra *União Operária*, de 1843, discute dois temas centrais, diretamente vinculados às questões organizacionais do movimento, deixando as questões políticas em segundo plano. O primeiro é uma crítica à fragmentação das associações artesanais – que expressavam um reformismo precário –, bem como ao corporativismo, afirmando se tratar de uma “multidão de pequenas sociedades particulares”. Diante de tais constatações, propõe a unidade do movimento – daí o título de seu livro – que deveria se reproduzir como uma unidade compacta, indissolúvel, da classe operária. Nas palavras de Tristan “é preciso unir”. Podemos observar como a questão da unidade influenciaria decisivamente Marx – e também Engels – quando da formulação das teses centrais do *Manifesto Comunista*.

O segundo tema discutido pela autora também produziu reflexos importantes nas formulações marxianas. Trata-se da questão da auto emancipação do proletariado, apontando que esta classe deve ser a “cabeça” e o “braço de sua própria luta”; só depende do proletariado, a auto organização e consequente superação de sua condição miserável (LÖWY, 2012, p. 113-116). Parece-nos claro que tais elementos fundamentaram a argumentação presente no *Manifesto Comunista*, quando seus autores afirmam que a “emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”, e que o “proletariado não tem nada a perder, a não ser seus grilhões”.

A REVOLTA DOS TECELÕES DA SILÉSIA

Em junho de 1844, eclode na região da Silésia uma revolta de tecelões. Operários invadem as casas dos industriais, saqueando-as e destruindo os livros de contabilidades das empresas. Esse acontecimento histórico produziu grande impacto nas reflexões de Marx. Não se tratava, agora, de uma concepção ideológica ou de uma organização operária. Mas sim, de um fenômeno real, um processo concreto, que cumpriu um papel “catalisador”, de “reviravolta teórico-prática” do pensador alemão (LÖWY, 2012, p. 117). O caráter violento da manifestação dos operários será entendido por Marx como uma comprovação concreta do potencial revolucionário do proletariado, identificando-o como um levante contra a burguesia e não contra

as máquinas – próprios das manifestações de caráter ludita. À época, Marx publica no *Vorwärts* o já citado artigo *Glosas críticas...*, onde a caracterização do movimento aponta claramente para a diferenciação entre a emancipação política e a emancipação humana, discutindo os limites da primeira forma, ao afirmar que a necessidade era de uma “revolução política com alma social.” (MARX, 1995, p. 90). Outros levantes se seguiram ao ocorrido na Silésia. Greves e motins, entre julho e agosto, nas regiões da Boêmia, Praga e Berlim, explicitavam o explosivo descontentamento das massas proletárias.

Podemos afirmar que, a partir de 1844 se “agudiza” em Marx um processo de elaboração teórica que culminou, em 1846/1847, na ruptura definitiva com todas as implicações do jovem-hegelianismo, incluído o de Feuerbach. Temos a instauração, portanto, daquilo que acima identificamos como um “novo materialismo”. É nesse contexto, ou processo de maturação intelectual que se desenvolve a concepção marxiana de movimento revolucionário comunista, onde o partido cumpre papel fundamental. Como procuramos descrever – mesmo que sumariamente – o ponto de partida de Marx foram as tendências reais do movimento operário europeu, portanto, a “realidade concreta”, bem como suas expressões propriamente ideológicas, ao mesmo tempo em que processa uma crítica científica da sociedade burguesa e da condição proletária. Como nos aponta Löwy (2012, p. 120),

A síntese dialética, a superação dos elementos fragmentários, esparsos, parciais, das diversas experiências e ideologias do movimento operário e a produção de uma teoria coerente, racional e adequada à situação do proletariado, Marx os faz pela superação das limitações de caráter social (artesanal, pequeno-burguês), nacional ou teórico dessas experiências e ideologias, e por sua confrontação com a realidade socioeconômica do capitalismo e da sociedade burguesa.

Ao caracterizar esse processo como de “conservação e superação” da elaboração teórica de Marx, Löwy (2012, p. 120-121) argumenta que a síntese, necessariamente, expressa a “[...] superação do materialismo mecanicista, da herança artesã, dos hábitos conspirativos, das tendências jacobinas ou messiânicas, da confusão com o radicalismo pequeno-burguês [...]” concluindo que esse processo intelectual supera também “[...] todos os traços herdados do passado ou da ideologia burguesa inadequados à condição proletária.”

5 ELEMENTOS PARA UMA TEORIA DA REVOLUÇÃO

A teoria da revolução em Marx resulta diretamente desse processo de conservação/superação teórica. Sua consolidação poderá ser observada nos escritos de 1845-47, sobretudo nas *Teses sobre Feuerbach* e *A ideologia alemã*. A categoria de “práxis revolucionária” sintetiza de forma esclarecedora as novas proposições de Marx. Nela, a humanidade e a filosofia não são representados como termos separados, pois há uma superação dessa oposição.

Nesse sentido, o socialismo passa a ser entendido como práxis, e não como uma ideia pura, formulada por mentes iluminadas – os filósofos – que deveriam trazer “a salvação” à humanidade e, mais especificamente, ao proletariado. Este passa a ser compreendido como elemento ativo da revolução, sendo que o comunismo não depende de um simples ato de vontade, de consciência, de “pensamento puro”, pois “pensar” e “querer”, simplesmente, o comunismo não resolveria a miséria prática e material do proletariado.

Sendo assim, o ponto de partida teórico, o fundamento filosófico do comunismo, está diretamente vinculado ao teorema materialista: “as circunstâncias formam os homens; para transformar os homens é preciso transformar as circunstâncias”. A práxis revolucionária, portanto, transforma ao mesmo tempo as circunstâncias e o sujeito da ação, ou seja, é o fundamento teórico da concepção marxiana da auto-emancipação do proletariado pela revolução. Tais formulações rompem, superando radicalmente, toda a ideologia do movimento operário até então, derivando para uma teoria do comunismo real, opondo-se às “diversas seitas literárias, filosóficas e utópicas.” (LÖWY, 2012, p. 158).

A partir de 1846, toda atividade orgânica de Marx – mas também de Engels – no movimento operário terá vínculo direto com as formulações sobre práxis revolucionária. Toda sua ação no período que se estende até 1848 reproduzirá exatamente a atividade crítico-prática preconizada nas *Teses sobre Feuerbach*, que apontava a necessidade de toda atividade prática estar teoricamente articulada. O objetivo prático-político de Marx nesse período será formar uma vanguarda comunista, livre dos utópicos, messiânicos, jacobinos, etc, assim como, construir em escala internacional

um partido comunista revolucionário e “científico”, vinculado ao movimento operário. Ao expressar essa nova concepção de partido, Marx terá preocupações organizacionais, no sentido de que este partido seja distinto das organizações anteriores, sintetizando e superando, ao mesmo tempo em que incorpora, as experiências das sociedades secretas francesas e do movimento de massas inglês. A Liga dos Comunistas será o primeiro embrião de tal organização.

6 A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

Constituído em Bruxelas, no ano de 1846, O Comitê de Correspondência Comunista foi a primeira organização política criada por Marx e Engels. A formação de um partido comunista na Alemanha figura como um de seus objetivos essenciais. Em escala internacional a proposta era se transformar na vanguarda comunista e operária, combatendo de forma intransigente as outras correntes teóricas, a partir das formulações marxianas. Essa organização pode ser considerada como o primeiro “Partido Marxista” (LÖWY, 2012, p. 161-162), sendo essencialmente de caráter internacionalista, pois buscava estabelecer contatos entre os comunistas europeus, intelectuais ou artesão, que estavam dispersos pela Europa. Inicialmente, o centro dinâmico seriam os alemães, com Marx á frente.

Seus primeiros embates se deram contra a penetração do “verdadeiro socialismo” e a persistência do “comunismo artesanal” no movimento operário alemão, assim como aos grupos “pequeno-burgueses alemães, que se pretendiam comunistas.” Era preciso, de acordo com suas formulações, que o Comitê se dirigisse aos operários através de “ideias rigorosamente científicas”. Ao mesmo tempo, nutriam uma profunda confiança para com o movimento comunista operário de “massas”, que identificavam como autêntico. Também dirigiram suas críticas à Liga dos Justos, não exatamente contra sua direção política, mas sim contra as tendências idealistas e utópicas presente no interior da mesma.

A partir de 1846, Marx estabelece uma série de contatos com a Liga dos Justos na Inglaterra. Tal iniciativa tinha como objetivo organizar um congresso conjunto das duas organizações. Nesse mesmo momento de diálogo com Londres – que era a sede da Liga – o Comitê de Bruxelas ten-

tava atrair as seções parisienses daquela organização para suas posições¹⁵. Löwy (2012, p. 166) argumenta que, nesse momento, o que estava em jogo era a construção do partido comunista alemão, com organização estruturada e ativa, pois “Marx compreende o andamento da construção de um partido comunista como um movimento que vai de baixo para cima, da base até o cume, da periferia ao centro”

Pelo exposto, nos parece claro que há aqui uma concepção inteiramente nova de partido, que propõe que a organização do movimento revolucionário deve expressar as reais demandas do proletariado. Ou seja, o partido é o elemento da mediação entre as demandas efetivas cotidianas do proletariado e sua superação revolucionária, sendo que tais proposições – necessariamente científicas – devem resultar da análise concreta dessas condições. O partido tem a função de vanguarda do movimento revolucionário, pois reflete e propõe a partir das demandas concretas do proletariado. Não é um elemento estranho ao movimento operário que propõe – e, de certa forma, impõe – uma teoria social “de fora para dentro”, como se sua direção fosse composta por um núcleo de “iluminados”, que teriam a “missão de ilustrar” as massas e “guia-las no caminho da revolução”, como pretendiam as várias seitas secretas neobabouvistas e messiânicas¹⁶.

Partindo do princípio internacionalista, Marx, em carta de 5 de maio de 1846 endereçada à Proudhon, propõe uma aproximação entre ambos. O objetivo era aquele de aproximar os socialistas alemães dos socialistas franceses e ingleses. A recusa por parte de Proudhon tem fundamento claro, pois este não compartilhava da tese que propugnava a ação revolucionária como meio de reforma social, ao contrário, propunha “queimar a propriedade em fogo brando.” (LÖWY, 2012, p. 167). Nesse momento, a única aproximação bem sucedida era com a ala esquerda do Cartismo, porém sua duração foi efêmera, haja vista que em 1848 já se distanciaram.

¹⁵ Com esse objetivo, Engels vai a Paris para combater Proudhon, importante representante dos “verdadeiros socialistas”. O núcleo do debate era a questão da revolução: enquanto o Comitê defendia a necessidade da revolução violenta, Proudhon defendia posições pequeno-burguesas e anti-proletárias.

¹⁶ Da forma como entendemos, tais princípios serão fundamentais nas elaborações de Lenin e também de Gramsci sobre o partido revolucionário, constituindo-se como elementos nucleares de suas formulações. Devido às dimensões e alcance do presente trabalho, não podemos nos aprofundar na discussão que tais revolucionários propuseram.

Em 1847 é criada a Liga dos Comunistas. A partir de junho desse mesmo ano, Marx participa efetivamente de sua organização. Partindo da crítica às formulações utópicas e messiânicas, presente na Liga dos Justos, novos estatutos da organização foram redigidos tomando por base um projeto de Engels. Marx participou ativamente no II Congresso da Liga dos Comunistas, cujas deliberações finais aprovam os novos estatutos. Seus principais fundamentos podem ser assim elencados: eliminação de todo e qualquer caráter conspiratório, presentes nas antigas organizações, bem como da ideia de clandestinidade; qualquer elemento organizativo que favorecesse a superstição autoritária deveria ser retirado dos estatutos; a organização e a estrutura interna do partido deveriam se orientar pela sua finalidade, qual seja, “a derrubada da burguesia, o domínio do proletariado, a supressão da antiga sociedade burguesa fundada nas oposições de classes e a criação de uma sociedade sem classes e sem propriedade privada.” (LÖWY, 2012, p. 173-174); seria uma organização de caráter internacionalista; seu comitê central seria privado de uma série de poderes discricionários; sua instância máxima de deliberação seria o congresso anual, proporcionalmente eleito, cujo objetivo era pautar o debate democraticamente. Apesar de seu êxito apenas parcial, a Liga dos Comunistas preparou o caminho para a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864.

AS REVOLUÇÕES DE 1848

As revoluções de 1848, sobretudo na Alemanha, abrem uma nova fase na obra de Marx. Qualitativamente diferente da que redundou n’*A ideologia alemã*, os temas econômicos e históricos passam a figurar como centrais no processo de crítica aos filósofos neo-hegelianos. Porém é preciso observar que existe um vínculo coerente entre as obras anteriores e os escritos que marcam os anos de 1847/48, a saber, *Miséria da filosofia*, de 1847, e o *Manifesto Comunista*, de 1848. A conceituação sobre a questão da análise da totalidade ganha aqui traços explícitos, como afirmado anteriormente, e a relação entre comunistas e o movimento operário e entre o partido comunista e o partido proletário, só pode ser inteiramente compreendida se estiver inserida nesta totalidade, constituída pela teoria da revolução. E aqui também saltam aos olhos o caráter da “síntese superadora” de Marx, no que se refere à análise dos movimentos operário e comunista pretéritos.

Ao enunciar que a revolução comunista só poderá ser obra do próprio proletariado¹⁷, Marx deixa claro que a organização do partido não pode ser a praticada pelos utópicos ou pelos jacobino-babouvistas, pois estes propugnavam que o partido se movimentava “de fora para dentro” do movimento operário, devido à debilidade teórica destes últimos. Isso nos parece claro, quando nos debruçamos sobre o seguinte trecho do *Manifesto*,

Qual a relação dos comunistas com os proletários em geral? Os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários. Não têm interesses diferentes do proletariado em geral. Não proclamam princípios particulares, segundo os quais pretendam moldar o movimento operário. (MARX; ENGELS, 2010, p. 51).

Nesse sentido, o papel dos comunistas seria o de participar efetiva e incisivamente do processo de luta de classes, na tentativa de colaborar com o proletariado no curso de sua própria prática histórica, na construção da revolução comunista. Como apontado acima, o partido comunista não poderia ser uma organização à margem do movimento, “pregando a verdade” através da propaganda pacífica, como pretendiam os “icarianos” (Cabet). Não poderia ter a pretensão de ser o chefe, a grande liderança, assim como defendiam os jacobinos e os conspiradores babouvistas. O partido comunista não é a cristalização alienada da totalidade. Encontramos no Manifesto Comunista sua melhor definição, ao apontar que o partido é a mediação teórica e prática entre a totalidade e cada momento parcial do processo histórico da luta de classes. É a vanguarda do proletariado que luta para se emancipar, é o instrumento da tomada de consciência e da ação revolucionária das massas. Seu papel não é o de agir ou lutar *acima* ou *no lugar* do proletariado, mas sim o de orientá-las – aqui entendido como atividade mediadora – no sentido de sua autolibertação.

Este será o *leitmotiv*, por assim dizer, da atuação de Marx – e também de Engels, nunca é demais lembrar – na *Nova Gazeta Renana*, entre 1º de junho de 1848 a 19 de maio de 1849. O periódico foi, sem dúvida, a principal arma teórico-prática utilizada por nosso autor durante a revolução de 1848 na Alemanha. Em seus 301 números, Marx atua politicamente reconhecendo o momento como de maior relevância – prática e

¹⁷ Como vimos, uma clara influência de Flora Tristan.

teórica. É o próprio autor que assim define essa atuação, ao reconhecer que tais acontecimentos o levaram a interromper seus “estudos econômicos” (MARX, 1974b, p. 137).

Esta atuação produziu uma profunda análise sobre o processo e a particularidade da revolução burguesa na Alemanha, suas características específicas que a distinguem das revoluções de “tipo clássica”, e, portanto, permitiam clarificar o posicionamento do proletariado no processo. De forma sintética, a constatação de que o atraso econômico se refletia na estrutura e composição das classes sociais, permitiu a compreensão da “debilidade” e “incompletude” históricas da burguesia alemã, assim como o pouco desenvolvimento do proletariado – reflexo direto do atraso industrial –, característica que se manifestava também ideologicamente, devido à sua posição de subalternidade e incapacidade de se organizar de forma autônoma naquele momento, servindo muito mais como apêndice da burguesia, do que propriamente seu opositor.

As reflexões produzidas por Marx apontam à necessidade de ruptura do proletariado em relação à burguesia. Naquele momento histórico, era necessário avançar ao nível do proletariado francês, ou seja, o tempo da aliança com a burguesia para pôr abaixo o Antigo Regime já havia passado, pois esta já expressava sua posição de conservação de uma ordem social em construção – o capitalismo – que já explicitava seus limites e, portanto, a luta do proletariado deveria apontar para a superação “de seus próprios grilhões”, o que queria – e quer – dizer, o fim da “exploração do homem pelo próprio homem”. Tão precisas foram as análises marxianas que, ao eclodirem as revoltas, a burguesia alemã se alia aos representantes da antiga nobreza feudal – Junker – numa composição que impôs uma dura e violenta derrota ao proletariado. Esse acordo, próprio das “revoluções pelo alto”, garante os interesses burgueses, mesmo que à custa de grandes concessões aos antigos proprietários rurais, com a vantagem de calar – mesmo que momentaneamente – o movimento operário alemão.

Assim, a experiência de Marx na *Nova Gazeta Renana*, traz contribuições fundamentais à compreensão de suas formulações sobre a organização e função social de um partido revolucionário. A análise e compreensão da particularidade da luta de classes na Alemanha permitem ao autor traçar quais seriam os melhores posicionamentos do proletariado no plano

tático¹⁸. Lenin, ao se referir à Nova Gazeta Renana assevera que este “foi o melhor e nunca superado órgão do proletariado revolucionário”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece-nos claro que as concepções de revolução e de partido comunista desenvolvidas por Marx ao longo de pouco mais de cinco anos, balizaram sua atuação política a partir de 1848, sobretudo, nos momentos em que as tais “questões materiais” o impeliram a responder concretamente às demandas históricas. O recorte que propusemos no presente trabalho se limitou a analisar o percurso prático-teórico do autor na construção das formulações acima elencadas. Não obstante, se faz mister apontar que a atuação política direta de Marx não se esgota ou se encerra no ano de 1848. Pelo contrário, como sabemos, outros escritos do autor, em parceria ou não com Engels, refletiram diversos assuntos e a forma como o autor se envolveu pessoalmente com os mesmos. Episódios como a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, ou Internacional Comunista, em 1864, contou com o protagonismo de Marx; os escritos sobre a realidade francesa que originou o fundamental *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* e a análise da Comuna de Paris, de 1871, que foi por ele identificada como a primeira experiência concreta do socialismo, com o proletariado no poder – mesmo que este “não tenha tido tempo” para levar adiante o projeto da emancipação humana. E ainda, a análise sobre a fundação da social democracia alemã e os debates com Lassalle, que redundam no importante *Crítica ao Programa de Gotha*, de 1875, são momentos da obra marxiana que escapam ao escopo e as possibilidades do presente trabalho, mas que trazem consigo a problemática do partido e da revolução proletária, além de muitas outras, é claro.

O que procuramos demonstrar, numa tentativa de “arqueologia” da obra marxiana no período que vai de 1843 a 1848 – com todas as limitações que um trabalho em tais dimensões nos impõe, mas que nem por isso exime seu autor de possíveis falhas ou lacunas – é que Marx foi um autor cuja preocupação em “desvendar” a realidade concreta, oferecendo-lhe

¹⁸ O fato de a revolução ser derrotada não pode ser debitado de uma possível leitura equivocada do autor, pois as contingências históricas impõem demandas de forma dinâmica, e do outro lado das trincheiras está o inimigo de classes, que reage com suas “armas”, que na maioria das vezes são mais poderosas que as do proletariado.

respostas concretas, transforma-se em “fio condutor”, desde o momento de sua inflexão filosófica, até seus escritos finais. Para finalizar esse artigo, buscando de alguma forma dar um sentido poético a esta nova e criativa forma de análise científica que Marx origina, citamos um poema de Heinrich Heine (apud MARX; ENGELS, 2010, p. 23-24) amigo dos tempos dos *Anais Franco-Alemães*, sobre um dos episódios históricos que marcaram o salto ontológico na obra de nosso autor, a revolta dos artesãos na Silésia:

OS TECELÕES DA SILÉSIA

Nos olhos sombrios nenhuma lágrima,
Sentados ao tear, eles rangem os dentes:
Alemanha, tecemos sua mortalha,
Tecemos nela a tripla maldição – Tecemos, tecemos!

Maldição sobre o Deus ao qual rezamos no frio do inverno e passando fome.
Esperamos e persistimos em vão – Ele nos iludiu, nos tapeou, zombou de nós – Tecemos, tecemos!

Maldição sobre o rei, o rei dos ricos,
que da nossa miséria não se condeou,
que de nós extorquem até o último vintém, e como cães nos manda fuzilar – Tecemos, tecemos!

Maldição sobre o falso solo pátrio,
onde só viçam humilhação e vergonha,
onde cada flor bem cedo é vergada,
onde podridão e mofo deleitam os vermes – Tecemos, tecemos!

Voa a lançadeira, range o tear
Tecemos sem parar, dia e noite –
Velha Alemanha, tecemos tua mortalha,
Tecemos nela a tripla maldição – Tecemos, tecemos!

REFERÊNCIAS

CHASIN, J. Marx no tempo da Nova Gazeta Renana. In: MARX, K. *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Ensaio, 1987.

_____. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. In: TEIXEIRA, F. J. S. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital*. São Paulo: Ensaio, 1995.

FREDERICO, C. *O jovem Marx: As origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Cortez, 1995.

LENIN, V. I. *Materialismo y empiriocriticismo: notas críticas sobre una filosofia reaccionaria*. Moscú: Editorial Progreso, 1983.

LÖWY, M. *A teoria da revolução no jovem Marx*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo; o rei da Prússia e a reforma social de um prussiano. *Revista Praxis*, Belo Horizonte: Projeto, n. 5, set/dez, 1995.

_____. Introdução à crítica da economia política. In: _____. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974a.

_____. Para a crítica da economia política: Prefácio. In: _____. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974b.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: _____. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974c, V. 35. p. 329-409.

_____. *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Ensaio, 1997.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____.; _____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____.; _____. *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____.; _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. ; _____. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.

MCLELLAN, D. *Karl Marx: vida e pensamento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

PAULO NETTO, J. F. Engels: subsidies para uma aproximação. In:_____. (Org.). *Engels*. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

POGREBINSCHI, T. *O enigma do político: Marx contra a política moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SAMPAIO, A. B.; FREDERICO, C. *Dialética e materialismo: Marx entre Hegel e Feuerbach*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

TEXIER, J. *Revolução e democracia em Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

TONET, I. Prefácio ao Glosas críticas... *Revista Praxis*. Belo Horizonte: Projeto, n. 5 45-68, 1995.